

Um olhar discente sobre a questão Oralidade X Escrita

Saul Júnior

Aluno do Curso de Letras da UNAMA
e monitor de Lingüística

Atualmente, somos testemunhas da predominância cada vez maior da cultura escrita em detrimento da cultura oral em nossa sociedade.

Se nos dispusermos a investigar a origem deste “racha” entre as duas correntes da linguagem, seremos remetidos à Antiguidade, chegando à conclusão de que esta divisão é bem mais antiga do que se pensa.

Observemos a divisão da Língua Latina do modo como esta chegou até nós: Latim Clássico, a língua dos imperadores, dos oradores que utilizavam a escrita, das grandes personalidades romanas; e Latim Vulgar, a língua não-escrita dos lugarejos da Roma Antiga, a língua, por excelência, do povo. É CÂMARA JR. (1996, p. 178) quem nos narra essa passagem: “(...) Assim, no Império Romano, o latim clássico (v.), correspondendo à norma da aristocracia romana, cedeu lugar ao latim chamado “vulgar” com predominância dos vulgarismos e regionalmente diferenciado, além de favorecer a propagação de erros individuais.”

Como podemos notar, há, na divisão atribuída ao Latim, uma íntima relação entre classe social e meio lingüístico: o Latim Clássico, como a própria denominação já sugere, é a língua da elite romana, a língua escrita; já o Latim Vulgar é a língua essencialmente falada, utilizada pelas camadas populares, como nos informa SILVA NETO (1977, p. 14): “(...) Kroll, pouco tempo depois, identificava o **latim vulgar** com a língua falada, escrevendo: ‘... pois a essência da linguagem vulgar consiste no fato de ser ela falada e não escrita.’”

Já que regressamos até a Antiguidade Clássica, voltemos nossa atenção. É aluno do Curso de Letras da Universidade da Amazônia e Monitor de para o estreito vínculo existente entre oralidade e política oriundo desta época, afinal, naquele tempo, não havia os recursos persuasivos dos quais os políticos de hoje dispõem, como a televisão, o rádio, a distribuição de panfletos, etc. Naquela época, o cidadão que almejasse o poder político teria que usar de sua oralidade, de sua capacidade de persuadir através do discurso. Considerando o aspecto degradante adquirido pela política contemporânea, entende-se a relação que a Modernidade atribuiu entre discursividade e canastrice; deste modo, quando um indivíduo defende suas idéias de maneira veemente através do discurso, logo surgem os comentários: “... esse cara fala muito; tá parecendo político”, “Esse aí gosta de um blá-blá-blá”, provindo daí a caricaturização da figura do orador.

Porém, é da própria Antiguidade Grega que podemos extrair exemplos que servem como argumento à importância da oralidade. Um deles é o modo através do qual os ensinamentos do célebre filósofo Sócrates chegaram à posteridade: ele não deixou nenhum escrito sequer, sendo suas lições transmitidas pelo seu discípulo Platão, isto é, Sócrates usou somente de sua oralidade para marcar a história da Filosofia. Há, também, o exemplo das epopéias “Ilíada” e “Odisséia” “trazidas até nós pela ação dos rapsodos por via oral.” (Tavares, 1981, p. 239). Isto sem citar o Direito Consuetudinário (as leis não-escritas, baseadas unicamente nos costumes e tradições expressos através da linguagem oral), sobre o qual apoiaram-se durante séculos as leis da Grécia Antiga.

Afora todas as civilizações antigas que praticamente desconheciam a escrita.

A oralidade sempre foi uma prática associada diretamente a um processo educativo humanista, no qual as faculdades humanas são exploradas de modo que os talentos, as habilidades inerentes ao homem são trazidas à tona na figura do aluno. Neste contexto de anulação da cultura oral, há que se destacar a adoção de uma pedagogia tecnicista, intrinsecamente ligada ao advento do capitalismo.

Da relação entre poder e modalidade lingüística, citada anteriormente, podemos colher os seguintes dados: considerando que a linguagem “é a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua*), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados.” (Dubois et alii., 1993, p. 387) e a fala “a atividade lingüística no discurso oral.” (Câmara Jr., 1996, p. 115), logo, a fala é inerente ao ser humano, como confirma a definição de FERREIRA (1996, p. 752): “A fala é uma característica humana.” O indivíduo já nasce com uma estrutura fisiológica (aparelho fonador) que o torna propenso ao desenvolvimento da linguagem; daí a proximidade entre oralidade e classes populares, visto que a oralidade não conhece distinção de classes; ela nasce numa sociedade como um todo, da comunicação entre indivíduos. Já a língua escrita tem de ser ensinada, e este ensino encontra-se comprometido com a classe dominante.

Em contrapartida, a escola, sendo a instituição fundamentada no conhecimento, na intelectualidade humana, tem o poder de alienar, mas também o de conscientizar, representando a vida e a morte de uma ideologia. Devido a este caráter dialético, a escola encontra-se habilitada, por excelência, a reverter este quadro e assumir a função de pólo emissor de uma nova cultura lingüística, na qual as linguagens oral e escrita unem-se visando o aprimoramento do desempenho discente, extinguindo o “racha” que a atualidade comporta.

Neste contexto de resgate da cultura oral, deve-se destacar, no âmbito acadêmico, em nível local, as dissertações defendidas pelos Profs. Mrs. Socorro

Cardoso (“Oralidade e Escrita: Análise Prosódica da Leitura Oral”) e Hilton Silva (“Leitura Oral: Um Não ao Silenciamento em Sala de Aula”) e o louvável projeto IFNOPAP (Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia Paraense) da UFPA, empreendido através do Mestrado em Letras; projeto este amplamente divulgado entre nós pelo professor mestrando Paulo Nunes, e homônimo da dissertação da professora mestranda Jossecléa Fares, consistindo no colhimento de lendas e estórias que constituam o universo mitológico amazônico, narradas pelos próprios moradores de Belém e dos interiores do Pará, representando, assim, a difusão de uma cultura cujos pilares são mantidos sobre a base oral: a cultura popular.

Deste modo, a reintegração da oralidade ao processo educativo concorrerá para o desenvolvimento da criticidade nos alunos, pois o esfacelamento do atual caráter unilateral do ensino lingüístico consistirá na aquisição da proficiência expressiva discente, isto é, havendo a exploração da linguagem oral em sala de aula, aumentará a possibilidade de manifestação de opiniões, pontos-de-vista, contribuindo para que nós, alunos, “soltemos o grito que está preso na garganta” e, assim, possamos conquistar nossa liberdade expressiva. A educação clama pela oralidade que a Modernidade esqueceu.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis, Vozes, 1996. (18ª ed.)
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1993. (9ª ed.)
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- PIN, Émile. *As classes sociais. Coleção Doutrinas e Problemas*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.
- SILVA NETO, Serafim da. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977.
- TAVARES, Hênio. *Teoria Literária*. Itatiaia, Belo Horizonte, 1981. (7ª ed.)